

Presidente

Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy

Paulo Roberto Ferreira Levy

Luiz Fernando Cirne Lima

Roberto de Souza Ayres

GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 9 de abril de 1991

DIRETORIA**Diretor-Presidente**

Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes

Henrique Alves de Araújo

Roberto Müller Filho

Roberto de Souza Ayres

Página 4

Dívida Ext

Multilateralidade em xeque

Independentemente dos termos do acordo do Brasil com os bancos credores privados, essa rodada de renegociação da dívida externa ficará marcada como uma das mais árduas que já tiveram de enfrentar as autoridades brasileiras. A escalada de pressões que o País vem sofrendo, desde que iniciou entendimentos preliminares com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ainda no ano passado, culminou com a afirmação — insolente, por desnecessária — do subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, de que o bloqueio de um empréstimo de US\$ 350 milhões pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao Brasil foi determinado por Washington.

A agressividade do representante americano causou indistigável mal-estar na assembléia anual que o BID realiza em Nagoya, no Japão, tanto mais porque a negociação brasileira com os bancos em torno dos juros em atraso já estava praticamente concluída. Os motivos invocados por Mulford para justificar o bloqueio não primam pela coerência. Primeiro, mencionou o temor dos EUA quanto a prejuízos aos bancos credores com a re-

tenção dos atrasados, para acrescentar, em seguida, que haveria ameaça à saúde das instituições financeiras internacionais.

Essas declarações não podiam deixar de merecer enérgica resposta da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, no discurso que pronunciou no último domingo. A ministra deixou evidente a natureza política dessas pressões e mostrou o risco de se confundirem questões distintas, o que, em última análise, pode minar todo o sistema de cooperação internacional através de instituições multilaterais. Se o BID for utilizado como instrumento de políticas unilaterais, disse ela, ferindo o ponto crucial, “quer para a persecução de objetivos nacionais de política externa, quer para exercer pressão no âmbito de negociações econômicas, como as da dívida para com os bancos comerciais, estou convencida de que se terá pago um preço excessivo”.

Não se trata apenas de deplorar, sob o ponto de vista de um país soberano, que o Bra-

sil tenha tido uma operação bloqueada, destinada a fins sociais, embora tenha sempre pago pontualmente os seus compromissos para com o BID. O próprio processo de funcionamento da instituição deve ser questionado. A não liberação do empréstimo, sendo os EUA acompanhados nessa atitude pelos países industrializados, contrariou acintosamente o voto da maioria dos demais membros, que representam 57% do capital do banco.

Acreditamos que, com o fim da bipolaridade nas relações políticas globais, práticas como essa não podem subsistir, sob pena de se criar um sistema de dependência que definitivamente não se harmoniza com uma nova ordem mundial democrática, como contempla o presidente George Bush.

Dessa forma, longe de ser um caso isolado, que interessa apenas ao Brasil, o bloqueio do empréstimo do BID está a indicar a necessidade urgente de reformulação em todo o sistema internacional de apoio ao desenvolvi-

mento. O que se verifica, na prática, é que as instituições financeiras internacionais, ao mesmo tempo que se tornaram politicamente mais manipuláveis pelos países ricos, enredaram-se em uma vasta burocracia, em detrimento dos fins a que se destinam.

Em aguda análise sobre o Banco Mundial (BIRD), às vésperas da passagem de seu comando a um novo presidente, a revista The Economist relata distorções inconcebíveis na estrutura daquela instituição, que tem uma missão tão relevante a cumprir. Basta dizer que o BIRD possui, hoje, nada menos de 6 mil funcionários, com uma folha de pagamento da ordem de US\$ 900 milhões, o que significa US\$ 150 mil “per capita”. Enquanto os povos carentes de todo o mundo aguardam o seu auxílio, o BIRD parece ter-se transformado em uma gigantesca máquina processadora de papéis. Isso tem forçosamente de mudar. Estamos convencidos de que as iniciativas para garantir a democracia nas decisões e a modernidade na ação devem emergir da própria ONU, cuja responsabilidade é hoje cada vez maior pela manutenção de relações mais equânimes entre as nações.